

# INFÂNCIA ESCRAVIZADA

Desafios para a Erradicação do  
Trabalho Infantil na Cidade de São Paulo



Laura Mello





# INFÂNCIA ESCRAVIZADA

Desafios para a Erradicação do  
Trabalho Infantil na Cidade de São Paulo

## **Orientação**

José Arbex Jr

## **Revisão textual**

Paula Moraes

## **Diagramação**

Letícia Fagundes

## **Arte da Capa**

Letícia Fagundes

## **Concepção editorial**

Laura Mello

## **Texto**

Laura Mello

## **Projeto gráfico**

Letícia Fagundes

Trabalho de Conclusão apresentado à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo, sob a orientação do professor José Arbex Jr.



**SU-  
MÁ-  
RIO**

01

**Introdução**

Página 06

02

**Liberdade  
Escravidada**

Página 12

03

**Mundo Cinza**

Página 24

04

**Resgate à  
Infância**

Página 28

05

**Recuperar  
o Fôlego**

Página 42

06

**O Custo da  
Proteção**

Página 46

07

**Quem Canta, o  
Trabalho Infantil  
Espanta**

Página 58

08

**Ajudar de  
Verdade**

Página 62

# 01

## Introdução





***Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar.***

Paulo Freire

A infância, em geral, sempre foi um tópico presente na minha vida. Nascida em uma família grande, com muitos familiares pedagogos e muitas crianças ao meu redor, para mim sempre foi tangível a importância do desenvolvimento humano na infância, e a importância que um ambiente educacional e acolhedor tem para esta formação. Acho maravilhoso como, na minha família, as crianças estão sempre em destaque, sendo respeitadas enquanto indivíduos, sendo acolhidas quando há problemas e sendo ouvidas. Este ambiente, de valorização da infância, foi o natural para mim durante meu crescimento e até o momento atual da minha formação humana. No entanto, este não foi o único ambiente que conheci na minha vida. Nascida na cidade de São Paulo, fiz meu ensino fundamental e médio em uma escola muito longe do meu bairro. Morando na Vila Prudente, estudei a vida toda no Cambuci. Fazendo o trajeto para ir e voltar da escola todos os dias, eu via nos canteiros das avenidas famílias inteiras abrigadas em barracos. Famílias que pareciam comigo, que tinham a cor da minha pele. E crianças também parecidas comigo, mas que não estavam usando uniforme, nem estavam voltando da escola. Durante doze anos da minha vida fazendo este trajeto, o número de casas improvisadas

na beira da avenida nunca diminuiu, mas pelo contrário, a cada ano aumentava mais.

Esta inquietação, este desconforto com a situação de vulnerabilidade daquelas pessoas eram sentimentos que vinham comigo quase todos os dias. Minha família nunca foi política, mas sempre me ensinou a olhar para o próximo, para entender o sofrimento de quem está ao meu redor. Foi assim que eu soube que queria fazer algo que mostrasse para as pessoas cegas àquela paisagem, que aquelas famílias estavam ali. E ingressei em jornalismo, enquanto aluna prounista na PUC-SP.

Para escrever este TCC, pensei em muitos temas que fugiam desta inquietação que eu sempre tive. No entanto, após conhecer o projeto Chega de Trabalho Infantil no Shopping Metrô Santa Cruz e ouvir algumas histórias dos atendimentos que lá ocorriam, compreendi que eu não podia ir para outro caminho, senão este que caminhei tanto para chegar, sonhei tanto para aprender.

Na produção deste trabalho, tive o prazer de trabalhar com fontes solícitas, confiáveis e experientes no assunto, que ainda é tão invisibilizado no país. O trabalho infantil atinge, aproximadamente, 1,7 milhão de crianças e adolescentes no Brasil. Cada indivíduo identificado neste número possui um nome, uma história, um desafio e uma vida anônima. E contar a história de alguns deles é o objetivo deste trabalho, além de remontar, como um todo, os principais desafios para a erradicação do trabalho infantil na cidade de São Paulo e suas políticas para a proteção da infância.

Contar histórias dos que ainda não foram ouvidos, ou dos que já gritaram tanto que perderam a voz, este será meu objetivo profissional pós graduação. Então, como primeira produção, este TCC carrega parte da minha inquietação, parte do meu amor, e parte do meu orgulho enquanto profissional no jornalismo.



02

**Liberdade  
Escravizada**





Pedro nasceu livre, até o segundo artigo, em um Brasil escravagista no ano de 1874. Sua mãe, ainda escravizada, trabalhava como ama de leite na Casa Grande, cuidando dos filhos do Barão do Café e tentando manter o seu próprio filho vivo. Com três anos, Pedro já conseguia andar quase equilibradamente, e segurar coisas com suas pequenas mãozinhas. Foi nessa idade que, mesmo livre, foi forçado a trabalhar, auxiliando com as tarefas de sua mãe. Vivendo no mesmo ambiente escravizante dela, e sob a tutela do Senhor de Escravo, esse destino era o único que lhe parecia existir - o trabalho, os castigos, a violência, e a falta da liberdade que já lhe pertencia.

Até 1888, quando completou 14 anos, Pedro ainda trabalhava com sua mãe nas tarefas domésticas, limpando janelas, varrendo tapetes, lustrando móveis, lavando cozinhas e banheiros, além de trabalhar na lavoura de café sob o sol quente. Pedro era forçado ao trabalho, assim como o segundo artigo da lei que o libertou dizia. No entanto, as coisas não mudaram após 1888. Com a libertação de sua mãe, eles não tiveram liberdade.

O Barão do Café pagava um salário ínfimo à mãe de Pedro, que continuou trabalhando para aquela família. No entanto, ainda moravam naquela casa, porque a remuneração era pequena demais para mãe e filho iniciarem uma nova vida. Com a chegada de imigrantes europeus no Estado de São Paulo, a atenção do Barão de Café estava em conseguir uma nova mão de obra e, assim, a mãe de Pedro viu uma brecha para conseguir fugir daquele

local. Dessa forma, mãe e filho foram se refugiar na cidade de São Paulo, fugindo na calada da noite.

Morando em casas precárias e vivendo na marginalidade, Pedro e sua mãe sobreviveram por alguns anos, ela trabalhando como lavadeira e ele trabalhando como engraxate nas ruas centrais da cidade. Pedro tinha acabado de completar 18 anos, nunca havia frequentado escola, então, nunca aprendeu a ler ou escrever.

Sua mãe faleceu pouco tempo depois, sendo levada pelo cansaço e pela falta da liberdade que já lhe era própria. Pedro se casou, teve filhos, construiu uma casa precária perto de onde vivia com sua mãe. Sabendo apenas somar as cédulas de dinheiro para não ser enganado, foi tudo o que conseguiu ensinar aos seus dois filhos, que começaram a trabalhar como engraxates nas ruas da cidade, assim como seu pai, com pouca idade. Pedro faleceu aos 55 anos, em 1929. Como sua mãe, foi levado pelo cansaço e falta da liberdade que já lhe era própria.

Os filhos de Pedro cresceram. Trabalhando desde crianças, não tiveram tempo para estudar e aproveitar sua infância e adolescência. Ambos casaram, construíram mais um puxadinho no terreno precário e tiveram filhos, os quais também se viram forçados a trabalhar na infância e, assim como Pedro, faleceram, levados pelo cansaço e pela falta da tal liberdade. No entanto, mudemos a palavra. Não era mais a liberdade que já lhes era própria que estava em falta. “Pedro”, que nesta reportagem não possui RG nem CPF, pode ser encontrado na história de todas as famílias

brasileiras descendentes de negros escravizados. “Pedro” é a criança negra que nunca foi contemplada pelas políticas públicas e o sistema de garantia de direitos. Políticas essas que sempre lhes faltaram, já que a liberdade lhes era própria, e é isso que, atualmente, mantém o trabalho infantil e o ciclo da pobreza em funcionamento em todo o país. Este livro reportagem não será, todavia, permeado de contos ficcionais, pois perderia a essência de uma reportagem. O objetivo desta produção é expor retratos do trabalho infantil na cidade de São Paulo, os desafios para a sua erradicação e projetos sociais que atuam nesta área no município. Sem perder de vista, contudo, que a erradicação do trabalho infantil, apesar de ser dever da sociedade como um todo, é dever do Estado implementar medidas eficazes, como políticas públicas, para garantir a proteção integral da infância.

Qual  
**criança**  
não  
**trabalha**  
?

Após a assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, não houve nenhum tipo de política pública efetiva para a inserção social e econômica dos mais de 700.000 negros libertos que viviam no país. A marginalidade lhes foi imposta ao não se criar acesso à terras produtivas e escolas, a fim de que eles tivessem atividades remuneradas, estudo e convívio social garantidos.

Ao visualizar este panorama, desde a abolição há 135 anos atrás e até os dias atuais, é notável que a falta de políticas públicas efetivas para a inclusão social deste grupo é uma ação contínua, assim como a exclusão é imposta. Um exemplo daquela época é a rejeição do projeto de lei em 1880 do abolicionista Joaquim Nabuco, que contava com o artigo 49, que definia: “Os senhores de fazendas e engenhos são obrigados a mandar ensinar a ler, escrever, e os princípios de moralidade aos escravos”. A rejeição deste tipo de proposta educacional antes da abolição é um claro demonstrativo da falta de intenção de se criar políticas de integração à população escravizada na época.

Enquanto isso, a Lei do Ventre Livre, sancionada em 1871, liberta os filhos de escravizados, porém, até o segundo artigo. Esta lei também coloca as crianças nascidas na época sob responsabilidade do Senhor de Escravo até os oito anos e, ao chegar nesta idade, o senhor escolhia entre uma indenização paga pelo Estado ou o trabalho forçado daquela criança até os 21 anos. Dessa maneira, dá-se início à institucionalização do trabalho infantil no Brasil, pagando ao escravizador uma indenização e jogando os

ex-escravizados à própria sorte. Com isso, nota-se que a proteção de crianças e adolescentes foi, e está, longe da eficácia necessária.

O direito à proteção integral da infância, considerando educação, saúde, lazer, cultura e proteção contra violência de todas as formas, é garantido no Artigo 227 da Constituição Federal e reafirmado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990. Contudo, em 2022, há 3.759 crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de São Paulo, de acordo com censo feito pela prefeitura. Ainda, o levantamento feito em 2019 pela Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD Contínua), mostra que cerca de 1.7 milhões de crianças e adolescentes no Brasil estão em situação de trabalho infantil. Este número representa 4% da população nesta faixa etária - dos 5 aos 17 anos. No estado de São Paulo, esse número chega a 249 mil. Quando se fala em proteção à infância, é imediato que se pense em educação, saúde e segurança. Todavia, pouco se é falado do trabalho infantil como um problema social enraizado na cultura e mentalidade do cidadão brasileiro. Ditos - e mitos - populares, como “trabalho de criança é pouco, mas quem nega é louco”, e “no trabalho a criança aprende a ter disciplina mais cedo”, mostram a realidade do entendimento brasileiro, que remonta à institucionalização desde a lei do Ventre Livre. Assim, a problemática desta situação de exploração fica invisibilizada, e as crianças e adolescentes que estão nestas situações de vulnerabilidade, tornam-se invisíveis.

Diferente da marginalidade compulsória de 1888, o Brasil de 2023 possui leis, órgãos nacionais e acordos internacionais firmados no intuito de combater a exploração da infância. O arcabouço legal para a erradicação do trabalho infantil do país é rico em detalhes. Com a criação do ECA e a Constituição Federal em 1988, foi estabelecida a proteção integral da criança e do adolescente como prioridade absoluta, sendo responsabilidade do Estado, da família e de toda sociedade civil.

Em 2000, foi criado a Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente - Coordinfância -, como uma área temática específica do Ministério Público do Trabalho (MPT). Neste mesmo ano, a Lei do Aprendiz foi sancionada, permitindo que adolescentes de 14 anos pudessem trabalhar de maneira protegida. Por outro lado, neste mesmo ano, foram registrados aproximadamente 340 mil casos de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos que sofreram acidentes ou adoeceram por conta do trabalho, de acordo com a PNAD de 2001.

Em 2008, o Decreto nº 6.481 regulamentou a Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, a Lista TIP, em concordância com o que foi firmado em 1999 na Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em 2015, o Brasil se tornou signatário da Agenda 2030 de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU). Essa assinatura representa o compromisso do país com os 17 objetivos e metas para o desenvolvimento humano de forma mais igualitária no planeta e, entre esses

objetivos, está a erradicação do trabalho infantil. Mesmo com todos esses acordos, órgãos e leis, o trabalho infantil no país passa por uma crescente desde o começo da pandemia, após um período constante de queda. Observando os dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), houve uma queda de 4 milhões no número de crianças e adolescentes em situação de trabalho entre 1995 e 2014. Entretanto, apenas no Estado de São Paulo, um levantamento feito pelo UNICEF no período de abril a julho de 2020 apontou um aumento de 26% de situações de trabalho infantil. Nos semáforos da grande metrópole de São Paulo, é raro não se ver crianças ou adolescentes, em grupos, pedindo dinheiro, vendendo balas, fazendo limpezas em vidros de carros ou malabarismo em roupas coloridas. Essas cenas são ignoradas pela população, que sobem os vidros e seguem suas direções, apressados. Essas crianças são, em sua maioria, pretas ou pardas e fazem parte da paisagem urbana de violência naturalizada. Existe, ainda, a diferença entre crianças brancas e crianças pretas e pardas em situação de vulnerabilidade, como nos semáforos da cidade. Daniel Bento Teixeira, diretor executivo do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), afirma que existe uma lente que difere o tratamento de uma criança branca e uma criança não branca, principalmente negra, em situação de vulnerabilidade. Essa lente, mais conhecida como racismo, atribui como será a resposta da sociedade para a proteção de determinada

infância. “Se a gente for num semáforo, a gente não se estranha mais com a presença de crianças e adolescentes negros fazendo malabares ali para descolar um real. Quer dizer, é parte de uma paisagem social do Brasil que foi construída”, comenta.

Daniel explica que a sociedade, ao se deparar com uma violação à infância de uma criança branca, tende a responder com mais indignação, e com o senso de proteção integral àquela vida que se tornará uma juventude promissora e que é sujeita de direitos. Do outro lado da moeda, a mesma sociedade trata a violação à infância negra no que o diretor chama de menoridade, como o Código dos Menores de 1927, que marginaliza estes indivíduos, os entregando à antiga doutrina da situação irregular.

Anterior à Constituição de 1988, a doutrina da situação irregular ditava que eram apenas objetos de direito aquelas crianças e adolescentes que estavam em situação irregular, ou seja, em vulnerabilidade. Todavia, ao invés de se propor alguma forma de assistência, estas crianças e adolescentes eram retirados do seio familiar e segregados da sociedade. “Não é que o projeto em algum momento deu errado, não. O projeto era esse, sempre foi esse”, afirma o diretor.

É com preocupação que organizações do terceiro setor se organizam, planejam e executam projetos para alcançar aqueles que estão na mais extrema marginalidade, onde o braço do Estado não alcança, e não se esforça para alcançar. Foi assim que a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCP) Associação Cidade Escola Aprendiz

desenvolveu a metodologia do projeto Chega de Trabalho Infantil no Shopping Metrô Santa Cruz, à convite do estabelecimento. Localizando essas crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil dentro do ambiente do shopping, o projeto as conecta e encaminha aos serviços de assistência social fornecidos pela prefeitura de São Paulo. E assim, também, o município de São Paulo criou o Programa Cidade Protetora, que, inspirado na metodologia do Shopping Metrô Santa Cruz, replicou-a em outros shoppings, com o objetivo de diminuir e encaminhar os casos de trabalho infantil em espaços privados de uso coletivo. Vê-se, neste caso, um sucesso em relação ao terceiro setor como laboratório de política pública, ao trabalhar um projeto em uma pequena escala e demonstrar que ele pode ser replicado, com mais recursos, em escalas municipais, estaduais e até nacionais.

### **O que é Espaço Privado de Uso Coletivo?**

Espaços privados de uso coletivo são aqueles que possuem um dono, seja uma pessoa ou uma empresa, e não ferem o direito de ir e vir do público em geral mesmo estabelecendo regras para sua utilização. Estas regras podem ser desde o pagamento de um ingresso ou horário de funcionamento.

03

**Mundo Cinza**

“







Hugo tem, aproximadamente, sete anos de idade. Pele preta mais retinta dentre os garotos que andava, usava roupas batidas e sempre estava de chinelo. Um certo dia, apareceu no Shopping Metrô Santa Cruz com um amigo, Tiago, que tinha aproximadamente 10 anos, e pediram para subir até à sala do núcleo social. Não era a primeira vez dos garotos lá, eles gostavam de ir para fazer atividades no computador, ler alguns livros e jogar os jogos disponíveis. Neste dia, no entanto, o conteúdo escolhido pelos meninos no computador não era nada apropriado para sua idade, mesmo que, infelizmente, seja normalizado em sua realidade. Neste dia especificamente, Hugo e Tiago abriram no computador páginas no instagram dedicadas à pessoas vítimas de violência e até assassinadas na comunidade em que moram. Ana Clara Ralize, orientadora que atua no núcleo social do shopping, não achou o tema nada apropriado, e desviou a atenção das crianças para outros jogos.

Hugo quis ler a história de João e Maria em voz alta. Mas ele não sabia ler, apesar de aparentar estar na idade de alfabetização. Assim, a criança passava as imagens e contava a história de sua forma. Cansado de ler, decidiu jogar Uno. Mas ele se confundia muito com as cores. Ana Clara pensou na possibilidade da criança possuir daltonismo, então pediu para ele separar as cartas, cada

qual com seu igual. E ele separou, corretamente. Foi aí que percebeu que a dificuldade da criança não era tão complexa quanto o daltonismo, mas era não saber o nome das cores básicas e primárias utilizadas no jogo - azul, verde, amarelo e vermelho.

Saindo da sala, os meninos disseram que iriam embora. Hugo voltou após um tempo, em um dia frio de São Paulo, usando chinelo e uma blusa cedida por seu amigo. Neste dia, Hugo quis jogar Uno novamente, mas quis levar o baralho embora com ele. Quando não conseguiu o que queria, fez um escarcéu no shopping, acionando a atuação da equipe de segurança e, sem fazer uso de violência, a equipe o retirou do local. Depois disso, até o momento, Hugo não voltou mais ao Shopping para ser atendido. Com iniciativas de proteção integral à infância, educação, saúde e erradicação do trabalho infantil, o mundo cinza de Hugo pode ser colorido, e sua infância usurpada pelo trabalho pode ser resgatada

04

**Resgate à  
Infância**





Quem mora em São Paulo e já frequentou o Shopping Metrô Santa Cruz antes da pandemia de Covid-19 sabe a quantidade de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil que transitavam pelo local. Tanto vendendo balas, pedindo lanche ou dinheiro na praça de alimentação - situação conhecida como mendicância, uma das piores formas de trabalho infantil - os clientes e lojistas do shopping conviviam com a vulnerabilidade e a exploração da infância rotineiramente. Algumas denúncias foram feitas ao Ministério Público do Trabalho, que notificou o estabelecimento a tomar medidas sobre o assunto. Com isso, a Associação Brasileira de Shoppings Centers (Abrasce) entrou em contato com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), a fim de buscar métodos para resolver a situação. Se espelhando no modelo utilizado no Rio de Janeiro, no qual o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) atua com equipes dentro do estabelecimento, a Abrasce solicitou uma equipe de assistência para o Shopping Metrô Santa Cruz. Lourdes Elizabeth Ressa, analista de assistência e desenvolvimento social da SMADS, foi responsável por fazer essa ponte entre o estabelecimento privado entre as secretarias de assistência do município, com o objetivo de encontrar uma solução viável.

O maior impedimento para se colocar uma equipe de abordagem municipal dentro do shopping era a legislação do município de São Paulo, que determina que as equipes de abordagem social devem atuar apenas em espaços

públicos. Desse modo, Ress explica que é impossível retirar a equipe de abordagem da rua para colocar no Shopping, para não debilitar a assistência feita nas ruas do território. Assim, foi feita uma tentativa com o Conselho Tutelar para a atuação no estabelecimento, mas sem sucesso.

“Desde o começo, eu indiquei que a gente estava manco numa coisa: o Conselho Tutelar nunca esteve presente. E ele é um órgão de fundamental importância quando você trata da questão da criança do adolescente”, explica Lourdes Elizabeth. Assim, foi entendido que o estabelecimento precisaria arcar com os custos de uma equipe interna de assistência e abordagem social. Dessa maneira, foi contratada uma equipe pelo shopping para atuar neste âmbito de assistência social e, além disso, Bete recomendou para o Shopping a contratação da Associação Cidade Escola Aprendiz para a divulgação do projeto.

### **Associação Cidade Escola Aprendiz**

Criada em 1997 pelo jornalista Gilberto Dimenstein, o Aprendiz começou como um portal de comunicação para a cobertura da agenda educativa e de direitos humanos. Atualmente, a organização possui quatro programas e conduz projetos por todo território nacional, com financiamento público e privado, além de grandes parcerias

internacionais, como o UNICEF. Seu braço com a comunicação ainda é muito ativo, e possui projetos como o Criança Livre de Trabalho Infantil e o Educação e Território, que são portais de comunicação para o desenvolvimento.

Desse modo o Aprendiz iniciou a sua atuação na iniciativa, e deu-se início a uma metodologia de atendimento para essas crianças e adolescentes dentro do estabelecimento. Ao contratar profissionais e arquitetar um ambiente seguro para a criação de vínculo em cada atendimento, o Núcleo Social foi estabelecido, contando com um coordenador e dois educadores sociais. Neste primeiro momento, a Cidade Escola Aprendiz era responsável apenas pelas peças de campanha distribuídas no Shopping para lojistas e clientes. “O que aconteceu é que eles tiveram problemas com o coordenador, mandaram ele embora e eles não sabiam como coordenar a equipe porque eles não tinham essa expertise internamente”, explica Roberta Machado Tasselli, coordenadora da área de Comunicação para o Desenvolvimento da Cidade Escola Aprendiz. “Então eles contrataram o Aprendiz para fazer também essa coordenação da equipe. Assim que veio a Mauricélia [Martins Castão]. Em 2019, ela entrou como coordenadora para atuar no piso do Shopping”. Com estratégias que vão além do atendimento individual

ou em grupo das crianças e adolescentes, se viu uma necessidade de criar formações com os seguranças do shopping, junto com as campanhas para os lojistas e clientes. Roberta explica que a formação com os seguranças foi um método muito eficaz para o projeto. Com a pandemia, foi uma política do Aprendiz que todos os seus colaboradores trabalhassem em casa, e, assim, Mauricélia fez a coordenação à distância. Desse modo, deu-se início à uma formação com as equipes de segurança de cada turno. “Foi muito proveitoso, a gente entende hoje como uma das principais estratégias do projeto pra gente conseguir sensibilizar aqueles que podem ser potenciais agressores e pactuar um protocolo de atuação de todo para que não haja imprevisto na hora do atendimento da criança e do adolescente”, comenta Tasselli.

Nas formações, Mauricélia Martins Castão, coordenadora do núcleo social, explica para a equipe de segurança o que é trabalho infantil, qual é o trabalho do projeto e qual o trabalho deles enquanto agentes deste projeto. Além disso, é delimitada a atuação dos seguranças e do núcleo social na abordagem. “A gente entende a equipe de segurança como um ator primordial no processo de desenvolvimento do projeto. Porque a equipe de segurança é quem está no piso, é quem vai muitas vezes identificar essa criança que está em situação de vulnerabilidade, é quem vai se aproximar dessa criança, de uma forma positiva ou negativa, então ele precisa estar sensibilizado”, desenvolve Martins.

Ana Clara Ralize, psicóloga que está atualmente no núcleo social, comenta que sua relação com os seguranças é boa e de confiança mútua no trabalho, no entanto, já houveram situações mais complicadas com os clientes. Em um caso, ao explicar que não se deve dar dinheiro e nem comida para as crianças que estão pedindo, o cliente, de forma ríspida, perguntou se ela já tinha passado fome para saber do que estava falando. “E assim, eu concordo, é muito triste. Mas, a partir do momento que a gente mostra para a criança que se ela pedir ela vai ganhar, ela vai continuar nesse lugar de pedir”, relata a psicóloga.

Uma das principais peças da campanha do projeto é o “Quer ajudar de verdade?”, para a conscientização de que ao comprar uma bala, ou dar dinheiro, o cliente não está ajudando a erradicar o trabalho infantil, pelo contrário, o efeito que essa ajuda rápida causa é a perpetuação do ciclo de trabalho infantil e pobreza. Ana Clara explica que essa psicologia funciona de modo simples pois, mesmo a criança pedindo dez vezes e ganhando apenas um sim, ela aprende que uma hora ela consegue o que quer, ainda que demore ou que tenha algumas dificuldades. Dessa maneira, a criança nunca deixa de pedir, porque sabe que, em alguma tentativa, terá êxito.

É necessário compreender e conscientizar que a criança e o adolescente que estão em situação de trabalho infantil estão tendo seus direitos violados e passando por situações de violência. A procuradora do trabalho Elisiane dos Santos elucida que o correto a ser feito ao se deparar com

qualquer tipo de situação de trabalho infantil é denunciar pelos canais institucionais de comunicação, seja pelo Disque 100 ou o canal 156 da prefeitura de São Paulo. “Mas é claro que a gente sabe que, num contexto de pessoas que estão passando fome, que estão na rua, não é tão simples dizer isso”, comenta, “Não comprar o produto da criança é conseguir entender que existe uma situação de violência, de violação de direitos naquele contexto ali de realidade. Eu acho que esse é o primeiro passo”, elucida Elisiane. As dificuldades e empecilhos enfrentados para realizar a metodologia do projeto foram muitas, mas a mais expressiva é a criação de vínculo entre a equipe social e a criança atendida. Ana Clara comenta que a primeira dificuldade que tem ao abordar as crianças é quebrar o muro que elas levantam. Os medos são muitos, mas o medo do Conselho Tutelar, de ser separado da sua família, são os maiores para essas crianças. “Eu sinto que eles têm medo de mim. Eu sinto que eles não entendem muito bem o que eu sou. Os que entendem que vem aqui, conhecem, e voltam. Mas os que não entendem ficam bem receosos. [...] Por isso que eles mentem a idade e mentem o nome com muita facilidade”, detalha a psicóloga. Ana Clara está atuando no projeto, até a escrita deste livro reportagem, há um mês. Nesse período, realizou um total de 25 atendimentos, sendo destes, 15 crianças e adolescentes diferentes, ou seja, 10 deles não retornaram até o momento.

# Desenvolvendo a mudança

Com a eficácia da metodologia criada pelo projeto, em relação ao atendimento em espaços privados de uso coletivo, o Programa Cidade Protetora foi decretado pela Prefeitura de São Paulo em 10 de junho de 2022. Respeitando a legislação, que impede que a assistência social municipal dos CREAS atue nestes locais, o Programa utiliza a metodologia da iniciativa Chega de Trabalho Infantil para impulsionar os estabelecimentos a terem seu próprio núcleo social.

Leonardo Campos, coordenador do Programa e da Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil (CMETI), explicita que o programa é mais um passo após a iniciativa do Shopping Metrô Santa Cruz. “Como a gente foi notando que essa situação era comum a uma série de espaços privados, a gente decidiu transformar, institucionalizar mais e transformar isso numa diretriz mais geral a ser feita”.

O coordenador afirma que, até o início do projeto, não havia um fluxo ordenado para as notificações de trabalho infantil advindas de espaços privados. Desse modo, a linha entre a responsabilidade do Estado e do empreendimento privado em relação à proteção daquela criança era tênue. “Quando a gente [SMADS] era provocado, por exemplo, pelo Ministério Público a dar uma resposta a essas situações, nós não tínhamos clareza sobre como responder, porque o nosso serviço que poderia fazer esse atendimento

inicial não atuava nesses espaços. E ao mesmo tempo, a gente não tinha uma orientação clara para as empresas sobre como lidar com essas situações”, elucidada. Desse modo, foi construído o Programa Cidade Protetora que, assim como o projeto desenvolvido no Shopping Metrô Santa Cruz, dispõe de materiais de comunicação, formação para o estabelecimento e núcleos sociais atuantes. Até o momento, o Programa conta com nove estabelecimentos, sendo eles os shoppings Pátio Paulista, Metrô Itaquera, Santana Parque, West Plaza, Campo Limpo e, é claro, o Metrô Santa Cruz. Além disso, a empresa Socicam, responsável pela gestão de terminais rodoviários de São Paulo, também aderiu ao programa, integrando, assim, os terminais rodoviários Barra Funda, Tietê e Jabaquara. Todos os shoppings possuem núcleo social, enquanto nenhum dos terminais possui uma equipe própria atuante no local.

Na metodologia do Cidade Protetora, a formação feita para os seguranças e trabalhadores do estabelecimento são de responsabilidade da prefeitura. Dessa maneira, é formada uma base para a empresa lidar com o trabalho infantil de forma não truculenta, passando a compreender os graus de violação de direitos que estas crianças e adolescentes vivem. As peças de divulgação e comunicação do programa passam pela aprovação da SMADS antes de serem espalhadas pelos estabelecimentos.

Além de todas as estratégias usadas no Programa, o maior diferencial dele é o Selo Cidade Protetora, pois garante o

reconhecimento daquele estabelecimento como um local de boas práticas no combate ao trabalho infantil. Contando com três diferentes níveis, o Selo é cedido conforme o grau de comprometimento de cada empreendimento, sendo o maior nível dedicado para os aderidos que implementarem o núcleo social. A primeira edição do Selo será entregue em dezembro deste ano, em 2023.

Para Roberta Tasselli, é gratificante ver como o projeto no shopping se tornou um experimento para a elaboração de uma política pública, trazendo uma sensação de missão cumprida. “A gente passou por todas essas estratégias e conseguiu, de fato, incidir numa política que hoje inspira outras cidades, de outros estados inclusive. Então para a gente, ter inspirado um programa desse porte em São Paulo, que vem inspirando municípios também, é algo que a gente vê com muita alegria”, comenta.

A coordenadora de comunicação do Cidade Escola Aprendiz afirma, ainda, que a organização entende como fundamental desenvolver estratégias, atuar em campo e desenvolver metodologias que possam ser replicadas em maior escala. Desta forma, é disseminada a formação e atuação dos projetos sociais para um âmbito governamental.

Daniel Bento Teixeira comenta, também, a importância das organizações sociais enquanto laboratórios de políticas públicas. “Muito embora o artigo 227 da Constituição Federal, que a gente conhece tanto, fale de uma corresponsabilidade da família, do Estado e da sociedade

nessa proteção dos direitos da criança e do adolescente, da juventude também, isso está colocado lá [...] cada um com um papel diferente. No Estado é que a gente vai ver essas políticas públicas sendo tornadas mais eficientes, melhores, a partir desse laboratório que é a sociedade civil”, afirma. Entretanto, para que as organizações da sociedade civil possam ser laboratórios criativos de políticas públicas, trazendo inovação, criatividade e levando em consideração lentes ignoradas pelo Estado, há um custo financeiro. Este, em sua grande maioria, vêm da boa vontade de empresas, empresários, ou fundações, de financiar projetos sociais.



05

**Recuperar  
o Fôlego**

“







Quanta responsabilidade cabe nos estreitos ombros de uma criança de oito anos? A resposta ideal seria quase nenhuma. Ele deveria ir para escola sem se preocupar com seu material escolar. Deveria arrumar seu uniforme sem se preocupar com o horário que precisa levantar. Deveria, apenas, se preocupar com seus amiguinhos, e com quem vai jogar futebol ou brincar de amarelinha à tarde. Mas, infelizmente, há pequenos ombros que carregam mais responsabilidade do que poderiam. Esse é o caso do Felipe, atendido no shopping Santa Cruz pelo núcleo social. Em seus primeiros atendimentos, Felipe criou vínculo o suficiente com a orientadora social para contar que sua mãe pedia que ele apenas voltasse para casa depois que conseguisse uma determinada quantia em dinheiro. Em um outro atendimento, Felipe revelou um machucado no dedo das mãos. Disse que tinha batido na porta. A equipe começou a suspeitar que a criança sofria violência física em casa, quando não conseguia levar o valor estipulado. Com certa intimidade com a orientadora, Felipe verbalizou que estava cansado da situação que vivia. A profissional entendeu a complexidade da situação, pois Felipe sabia, com pouquíssima idade, que estava em uma situação de violação de direitos, no entanto, também sabia de sua

responsabilidade com a renda da família.

Cansado de tanto peso nos seus pequenos e estreitos ombros, Felipe passou por um córrego, e decidiu que queria ir junto com a água suja, e nadar longe do raso. Na intenção de tirar a própria vida, o pequeno menino se jogou dentro do córrego.

O caso de Felipe foi encaminhado para a Secretaria de Atendimento Social (SAS) da Vila Mariana, responsável pelos casos do Shopping Metrô Santa Cruz. A família de Felipe, por não ser residente do mesmo território do SAS Vila Mariana, foi visitada por outra SAS, em seu município, e não tiveram sucesso. No entanto, a orientadora, até o momento desta reportagem, não teve resposta deste encaminhamento.

# 06

## O Custo da Proteção





Para fazer um projeto social funcionar, é necessário muito mais do que força de vontade e desejo de mudança.

O custo de um projeto como o do Shopping Metrô Santa Cruz permeia, a princípio, a manutenção de uma sala - equipada com livros, brinquedos, computador e câmeras de segurança. Além disso, há o valor dos materiais de comunicação, como banner e flyers criados especificamente para o projeto, e a despesa de manter uma equipe qualificada seis dias na semana para realizar os atendimentos. Logo, nota-se que o custo da proteção nestes espaços é tangível, e não é baixo. No entanto, quantas empresas estão dispostas a cobrir este valor? E quantas organizações sociais possuem financiamento para realizar tais iniciativas?

O projeto Chega de Trabalho Infantil no Shopping Metrô Santa Cruz, financiado pelo estabelecimento, é referência no atendimento privado de crianças em situação de trabalho infantil, isso de acordo com o Selo de Direitos Humanos, recebido em 2022. Porém, é difícil que outros projetos consigam esta visibilidade, por falta de investimento para se manterem em pé. Roberta Tasselli comenta quão difícil é conseguir financiamento para projetos que tratam de temas mais sensíveis, como trabalho infantil, violência sexual e outros. “Marcas e empresas não querem estar ligadas a situações mais complicadas de violência e de violação de direitos”,

comenta a coordenadora.

É importante ressaltar que a Associação Cidade Escola Aprendiz possui muitos projetos em curso atualmente e de diferentes agendas. De acordo com o relatório financeiro de 2022, publicado pela organização, quase 80% dos recursos recebidos foram de instituições e fundações nacionais, contra 3% advindos do governo. Essa porcentagem mostra a discrepância entre o financiamento de projetos que trabalham com a agenda de trabalho infantil de outros projetos voltados à educação, como os de busca ativa de crianças em evasão escolar. Isso se dá pois, em sua maioria, os projetos voltados à agenda da erradicação do trabalho infantil, como o portal Criança Livre de Trabalho Infantil, recebeu apenas recursos governamentais em 2022, enquanto as outras agendas possuem uma variação maior de investimentos, sendo, a principal fonte, investimentos de fundações e instituições nacionais privadas.

O projeto Criança Livre de Trabalho Infantil, por si só, é um exemplo na Associação Cidade Escola Aprendiz de captação de recurso e adaptação para mantê-lo em funcionamento. Iniciado como um projeto de Comunicação Para o Desenvolvimento e financiado pela Fundação Telefônica Vivo, o projeto inicialmente começou sob o nome Pró-Menino. Consistia, inicialmente, em uma plataforma criada para comunicar sobre erradicação do trabalho infantil e desenvolver materiais de comunicação e divulgação de campanhas. Com o fim do recurso do projeto

e sua descontinuação pelo parceiro financiador, ele iria se afogar se não fosse pelo interesse do Ministério Público, e, principalmente, do Procurador do Trabalho Dr. Antônio Lima, de continuar financiando este canal de comunicação. Assim, surgiu o Rede Peteca, projeto que, em 2021, sofreu uma reformulação para se tornar o atual Criança Livre de Trabalho Infantil. A mudança do nome e da sua identidade visual se deu devido ao olhar da Procuradora do Trabalho Elisiane dos Santos e da antiga gestora do projeto, a jornalista Bruna Ribeiro. Foi compreendido como essencial a luta antirracista para a erradicação do trabalho infantil, e que ambos caminham de mãos dadas. “A gente já vinha há algum tempo nessa parceria, MPT e Cidade Escola Aprendiz, desenvolvendo diferentes projetos. Primeiro, tinha uma página de enfrentamento ao trabalho infantil que se chamava Rede Peteca, então eu comecei a trazer a questão do racismo como estruturante da realidade trabalho infantil”, explica Elisiane. “Hoje, inclusive, a minha pesquisa de mestrado me levou para esse olhar e a gente começou a falar sobre a importância de trazer educação antirracista também como uma estratégia de enfrentamento ao trabalho infantil”.

Em suma, para que o terceiro setor aja como braço estendido do Estado, ou como laboratório de políticas públicas, é necessário, primeiro, que os projetos tenham o financiamento necessário.

## Fundação Travessia

Fundada em 1995, a Fundação Projeto Travessia é uma organização da sociedade civil de proteção à infância. Ela possui projetos como o Educação na Rua, considerado pela coordenadora de gestão de pessoas Kátia Bastos o DNA do Travessia, que leva educadores às ruas de São Paulo para ajudar e incentivar crianças e adolescentes em situação de rua e na rua a, voluntariamente, saírem da vulnerabilidade. Entre as crianças atendidas, um caso contado com muito amor pela Lúcia Pinheiro, antiga coordenadora do projeto, é o da jornalista Esmeralda Ortiz, que saiu das ruas com o auxílio do projeto. Atualmente, Esmeralda dá palestras sobre dependência química e a superação de sua vida na rua, além de ser compositora e escritora.

Essa e outras tantas histórias passaram pela Fundação Projeto Travessia durante seus quase 30 anos de atuação. A organização, que possuía financiamento do Banco de Boston, do Sindicato dos Bancários e do Banco Bradesco, teve um crescimento enorme em 2002, com o convênio feito com a prefeitura para auxiliar a implementar duas Estações Cidadania, na zona leste e sul da cidade, além de coordenar duas Casas de Acolhimento foi firmado. Durante esse período, de 2002 a 2005, a Fundação cresceu em notoriedade e número de funcionários, chegando a quase 200 colaboradores. No entanto, com a saída da gestão da época, o financiamento deste projeto findou.

A partir deste momento, o Travessia começou a ter alguns problemas com recursos financeiros. Por conta de brigas políticas entre o Sindicato dos Bancários e o Banco Bradesco, o projeto perdeu o financiamento do banco. Além disso, quando o Banco de Boston foi vendido para o Itaú, o aporte dado pelo banco também acabou, pois, como o Itaú possui fundação própria - o Itaú Cultural - não havia interesse em manter o financiamento. Desse modo, a Fundação perdeu dois grandes parceiros financiadores em um curto período de tempo.

Até 2023, o Travessia tinha financiamento do Sindicato dos Bancários, e sobrevivia com editais de projetos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FUMCAD) e outros financiadores. O último projeto do Travessia foi finalizado em 31 de agosto de 2023. Deste dia em diante, a Fundação não possui mais financiamento garantido. “Tudo indica que o Travessia irá fechar”, comenta Kátia Bastos.

De acordo com a coordenadora, a diretoria da Fundação está em conversa para decidir se irão ou não fechar as portas e os seus projetos, que tiveram tanto impacto positivo na cidade. “Desde o dia 31 estamos sem financiamento, e a orientação é não se inscrever em nenhum edital até a decisão da diretoria ser tomada”, conclui Bastos.

A Fundação Projeto Travessia é um grande exemplo de que não importa quão relevante é a organização e seus projetos. Sem financiamento, não é possível fazer sonhos acontecerem.

# **Desafios além do orçamento**

O Chega de Trabalho Infantil no Shopping Metro Santa Cruz teve alguns desafios desde sua criação até os dias atuais. Além da pandemia, que foi uma grande interferência nas ações do projeto durante todo o período de 2020 e 2021, houveram outras dificuldades em relação aos encaminhamentos do projeto, equipe e formação com os seguranças.

A pandemia, como fator principal, foi responsável por afastar muitas crianças atendidas pelo núcleo, perdendo o vínculo com aquela infância que poderia ser resgatada. O projeto sofreu, também, com uma instabilidade no começo de 2023 de pessoal na equipe de atendimento do núcleo social, com isso, o vínculo, que já estava fragilizado, ficou ainda mais. Mauricélia Martins, coordenadora do núcleo social, comenta a importância de se manter contato com essas crianças, que já estão em vulnerabilidade. “A partir dessa construção de vínculos, dessa construção de confiança, essa criança consegue conversar com essa pessoa [a orientadora] e ver alguém de confiança e alguém que possa mesmo defender o direito dessa criança e acolher o sofrimento. Porque quando a gente fala das violações, a gente fala de muito sofrimento também”, explica.

Além das dificuldades para se manter uma equipe no núcleo, o projeto também possui déficits com os encaminhamentos dos projetos para a SAS Vila Mariana. Mauricélia afirma que muitos casos não retornam com devolutivas para o núcleo após o encaminhamento. Dentre

alguns obstáculos, a coordenadora aponta a falta de articulação entre as secretarias dos municípios e os horários dos acompanhamentos feitos com as famílias, muitas vezes feitos em horário comercial, quando não há ninguém em casa. “A política está muito sensível na execução. Porque se a gente fala de um serviço que tem um profissional com uma demanda muito grande, a gente fala de territórios que muitas vezes não têm o serviço que deveria oferecer como atendimento à essa família”.

Rita de Cássia Fernanda da Silva, supervisora do SAS Vila Mariana, comenta que os casos encaminhados pelo Shopping, em sua maioria, são de crianças já acompanhadas e em situação PETI, ou seja, em situação de trabalho infantil ou exploração. “A gente dá andamento aqui, chamando os pais, conversando, procurando entender porque aquela criança voltou de novo naquela situação. Porque a maioria dessas famílias já são acompanhadas pelo CRAS, recebem Cesta Básica, são inseridas no programa de benefício de renda”, comenta.

A supervisora de assistência social também afirma que há poucos encaminhamentos do shopping aos quais ela trabalhou, pois não está há tanto tempo na função. Além disso, ela afirma que o fluxo de encaminhamentos do Shopping Metrô Santa Cruz ainda possui empecilhos a serem definidos para melhorar o atendimento.

A SMADS de São Paulo publicou, dia 03 de agosto de 2023, o Caderno de Orientações Técnicas do PETI, apresentando orientações às secretarias de como responderem à

situações de trabalho infantil e exploração. Um dos tópicos desenvolvidos na obra é a intersectorialidade do atendimento, gerando um novo protocolo ao abranger múltiplas secretarias. Além disso, a publicação aponta as diferentes responsabilidades de cada ator envolvido no atendimento às crianças em situação PETI.

“Neste documento, trazemos todo o protocolo de como todos os agentes públicos devem agir, identificar e encaminhar situações de trabalho infantil. Desde trazendo a obrigação de todo agente público de acolher e encaminhar, até dizendo como cada agente público, não só na assistência, mas nos demais setores da prefeitura devem identificar para quem envia, para quem solicitar o atendimento, o que fazer em um atendimento mais imediato”, explica Leonardo Campos, coordenador da CMETI, no Seminário Proteja o Futuro, realizado no Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, 12 de junho, pela prefeitura.

Esta publicação é uma contrapartida da prefeitura para alinhar os fluxos de atendimento que, até então, não eram definidos. Junto com o Caderno de Orientações Técnicas, no seminário do dia 12 de junho também foi apresentado outros planos municipais para a erradicação do trabalho infantil. Um deles, é o novo Plano Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, que substituirá o de 2016 e entrará em vigor a partir de janeiro de 2024.

Rita de Cássia afirma que o SAS Vila Mariana está retomando os atendimentos conforme as novas

orientações do caderno PETI, o qual ajudou a construir junto com a SMADS. Comenta, ainda, que é um ótimo manual para nortear os atendimentos, tanto para a assistência social quanto para quem vê de fora e não compreende de forma clara como funciona as denúncias e qual é o papel do assistente social.

Para que esses novos planos da prefeitura tenham eficácia, é necessário que possuam o mesmo que as ONGs precisam para manter suas portas abertas: orçamento. A Lei Orçamentária Anual de 2024 prevê um montante de 2,3 bilhões para as seguintes secretarias: assistência; direitos humanos e cidadania; e desenvolvimento econômico e trabalho. O valor atual ainda não é definitivo, e passará por audiências públicas nos meses de outubro e novembro de 2023 para finalização das propostas. A audiência da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social acontecerá no dia 21 de novembro, terça-feira, das 10 às 15 horas, no salão nobre.

07

**Quem Canta, o  
Trabalho Infantil  
Espanta**







A vida na feira já era amiga antiga do Marcos, mesmo em sua pouca idade. Aos 12 anos, ele já andava como se dominasse o terreno, fazendo de tudo para conseguir um trocadinho, que no final do dia somava uma boa quantia. Para ele, que queria comprar suas coisinhas, como sua corrente de ouro, era o suficiente.

Quando sua mãe faleceu, de covid-19, Marcos começou a usar esse dinheiro para comprar as fraldas de sua irmã mais nova. Uma responsabilidade que não lhe fora atribuída, mas que fazia para ajudar sua tia, que agora cuidava das crianças.

Indo para shoppings com alguns amigos, para pedir dinheiro e vender balas, Marcos conheceu o núcleo social do Shopping Santana Parque. Rita de Cássia, supervisora do SAS Vila Mariana, que na época trabalhava com os casos encaminhados do Santana Parque, conheceu o menino. Com os atendimentos, acompanhamentos e conversas com a família, a tia de Marcos entendeu que aquele trabalho que ele fazia não era saudável e não era bom para ele. Assim, seus dias na feira e entregando panfleto acabaram.

Marcos, no entanto, não ficou desassistido. Com frequência escolar quase exemplar, o garoto passou a participar das atividades do Centro para Criança e Adolescente (CCA) no seu território. Correndo atrás de

seu sonho de ser MC, Marcos atua como Jovem Aprendiz, ou seja, de forma protegida, em uma produtora musical. Sem sacrificar seus estudos, nem seu futuro, Marcos segue por um caminho protegido, onde as políticas públicas se alinharam e foram efetivas.

08

**Ajudar de  
Verdade**





O ciclo da pobreza perpetuado pelo trabalho infantil é uma engrenagem montada para funcionar sozinha, sem nenhuma ajuda externa. E assim, se não houver nenhuma força externa que a pare, ela continuará girando. Desse modo, como a sociedade civil pode ajudar de verdade? Sem colocar esta infância em risco, ou em vulnerabilidade, e descontinuar o ciclo do trabalho infantil e da pobreza? Assim como está no quarto artigo do ECA, a proteção integral das crianças e adolescentes é prioridade absoluta de toda a sociedade em geral, família, da comunidade e do poder público. Portanto, é preciso saber quais passos deve-se dar para combater e ajudar a erradicar o trabalho infantil, enquanto indivíduo e enquanto sociedade. Quando se pensa em ajudar, o primeiro impulso é dar dinheiro diretamente para a criança ou o adolescente que está vendendo bala ou em situação de mendicância. No entanto, o caminho da ajuda real e efetiva não é este. A procuradora do trabalho Elisiane dos Santos afirma que é preciso, primeiramente, entender que aquele indivíduo está em um lugar de vulnerabilidade, pois o trabalho infantil é perseguido de muitas violações de direitos. Desse modo, o primeiro passo para travar esta engrenagem é a denúncia nos canais institucionais, como o Disque 100 ou o Portal 156, no caso do município de São Paulo. Deve-se, também, tomar cuidado para não criminalizar ou culpabilizar a criança e sua família, que já se encontram em uma situação de vulnerabilidade. “É importante destacar que o que está sendo denunciado [o trabalho infantil] não

é a situação da criança, da família, que é vítima de uma violação de direitos, e sim de uma situação que é uma omissão do poder público”, assegura a promotora. Sendo assim, dar aquele trocado em um farol, ou comprar aquele lanche no shopping, são atitudes particulares e estão longe de erradicar o trabalho infantil. Conforme já afirmado anteriormente pela psicóloga Ana Clara Ralize, a ajuda pontual perpetua o ciclo do trabalho infantil e mantêm as crianças na situação de mendicância. “Um dos meninos falou pra mim, ‘eu faltei na aula pra vir aqui vender bala’, ‘eu faltei na aula pra vir aqui comer’, ou ‘eu faltei na aula pra passear no shopping’. Quando a gente mostra pra eles que [está] tudo bem, eles vão fazer isso. Por que, pode ser que eles ganhem dez não, mas eles vão ganhar um sim”, elucida, contando casos que atendeu no Shopping Metrô Santa Cruz.

Apesar de ser difícil e sensível observar crianças e adolescentes em faróis, shoppings e outros ambientes, pedindo dinheiro para se alimentar, nota-se que o caminho para a erradicação do trabalho infantil não é o dinheiro trocado que se tem esquecido na carteira. “Ao mesmo tempo, não se pode exigir, também, que todas as pessoas endureçam os seus corações, virem os olhos, e simplesmente esperem que isso se transforme”, pondera a promotora do trabalho. Para ela, é importante a sensibilização da sociedade para esta pauta, a fim de que alcance o ponto da proteção integral, e não de

assistencialismo sentimental.

“O compromisso como sociedade, de toda e de qualquer pessoa, é a garantia de direitos. É isso que vai provocar uma transformação, e não meramente um olhar de ajuda no sentido assistencialista”, explica Elisiane. “Desconstruir essa cultura assistencialista, de que ‘eu vou ajudar’ e aí a pessoa se sente leve, e acha que está fazendo alguma coisa e na verdade, a estrutura, o sistema, continua o mesmo. Então a gente tem que transformar no sentido de assegurar os direitos”.

Portanto, ao se deparar com uma situação de trabalho infantil, é extremamente necessário que o indivíduo denuncie nos canais de comunicação, como o Disque 100 e o 156 da prefeitura de São Paulo, para que os profissionais da assistência social sejam acionados. Todavia, esta informação não é tão comum na mentalidade da sociedade como os mitos do trabalho infantil, difundidos amplamente. Neste ângulo, vê-se a necessidade de campanhas para a dispersão destas informações, sendo advindas de projetos sociais e também do Estado.

Tanto no Programa Cidade Protetora quanto no projeto do Shopping Metrô Santa Cruz, um dos pilares é o desenvolvimento de campanhas de conscientização para o que é o trabalho infantil e como se pode ajudar de verdade. Mauricélia Martins, coordenadora do Núcleo Social, afirma que os lojistas e os clientes ainda possuem a mentalidade de que o trabalho é a solução, e compram e doam dinheiro para as crianças na inocente intenção de ajudar. “O nosso

papel é sensibilizar esse cliente de que a gente precisa pensar uma outra forma de garantir o direito dessa criança, desses adolescentes, e oferecer pra eles uma infância mais justa e protegida”, declara.

Logo, para que se tenha realmente uma efetividade na erradicação do trabalho infantil, pode-se inferir que a ajuda financeira pode ser válida e efetiva, quando bem empreendida. Ou seja, quando é destinada para projetos comprometidos com a agenda e transparentes. Elisiane dos Santos afirma que é possível prestar ajuda humanitária financeiramente para grupos em situação de vulnerabilidade, além de nomear projetos, como o Meninos e Meninas de Rua e a Campanha Fome Zero, que avalia como projetos comprometidos “A gente tem vários projetos sociais que fazem esse papel de ajuda humanitária, o padre Júlio Lancelotti, por exemplo, que também faz essa ajuda para a população em situação de rua, que é a população adulta, mas que também termina cumprindo esse papel de dar uma ajuda material, também abarcando crianças e adolescentes, muitas vezes”, exemplifica. Somado à todas estas ações que o indivíduo pode tomar perante situações de trabalho infantil, uma ainda não mencionada é a cobrança, enquanto sociedade, de medidas efetivas do Estado. “Se aquela pessoa, aquela família está ali na rua e está pedindo uma ajuda financeira, vamos dizer assim, para sua sobrevivência, é porque há uma ausência do Estado”, aponta Elisiane dos Santos.

A procuradora do trabalho afirma que vê, atualmente, que

se perdeu muito nos últimos anos em relação ao avanço de duas décadas para a erradicação do trabalho infantil. Antes, havia a construção de mecanismos para atuação interinstitucional, de forma articulada, entre sociedade civil, instituições e organizações governamentais, além de campanhas e mobilizações para desconstruir o olhar de naturalização do trabalho precoce. Atualmente, Elisiane pondera que vive-se um momento de paralisia e engessamento de políticas públicas para a infância. “Porque nas políticas públicas a gente vê esse engessamento do Estado, engessamento de orçamentos. E os orçamentos para a infância geralmente são orçamentos muito baixos. [...] Então acho que a gente tem que avançar muito para que políticas sejam realmente efetivas”, relata.

É inegável que o artigo 4 do ECA corresponsabiliza a sociedade, a família, o Estado e o indivíduo pela proteção integral da infância. No entanto, a formulação e fiscalização de políticas públicas são de responsabilidade do Estado, do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário. Assim, é inegável que, apesar de projetos sociais tentarem alcançar onde o Estado não chega, a principal frente de combate e da erradicação do trabalho infantil é governamental. Isso pois as políticas públicas, ainda que montadas após implementação de projetos sociais como pilotos, são replicadas em maior escala e com mais orçamento para realizar mudanças responsáveis e efetivas.

Sob este prisma, pode-se confirmar, também, que o Estado possui o enquadramento maior da problemática do

trabalho infantil. Conforme mencionado pela procuradora do trabalho Elisiane dos Santos, o trabalho infantil abarca uma série de violações de direitos em sua ação. E, de todos os atores corresponsáveis pela proteção integral da infância, o único capaz de implementar medidas em todos os níveis de direitos, garantido o direito à educação, moradia, alimentação, segurança e lazer é o ator governamental. Isso se dá pois é o Estado que possui, constitucionalmente, o papel de garantir estes direitos básicos à toda sua população, incluindo à infância, além de ser responsável por montar políticas intersetoriais entre as secretarias de assistência.

Nota-se que o Estado, enquanto ator fundamental para a erradicação do trabalho infantil, também foi o responsável pela institucionalização desta problemática com a Lei do Ventre Livre. Desse modo, infere-se que há um ponto de atenção para a fiscalização, enquanto indivíduo, das políticas públicas para a proteção da infância: quais crianças e adolescentes estão sendo alcançados pela proteção integral do Estado, e quais estão sendo negligenciadas.

# A cor da proteção

Conforme explicitado anteriormente pelo diretor executivo da CEERT, Daniel Bento Teixeira, há uma lente, e uma cor, que define para quem irá a proteção integral e para quem irá o trabalho infantil e a vulnerabilidade. No entanto, o debate levantado por organizações sociais relacionando o antirracismo à erradicação do trabalho infantil é recente. Coordenadora do Fórum Estadual de Prevenção Erradicação do Trabalho Infantil de São Paulo durante quatro anos, Elisiane dos Santos começou a associar o histórico de luta do Fórum, o mais antigo de todos, com a questão racial. Tendo escrito uma tese de mestrado abordando a situação do trabalho infantil invisibilizado nas ruas de São Paulo e sua relação com o racismo estrutural, Elisiane percebeu a falta deste debate tão profundo nos Fóruns e em campanhas para o combate ao trabalho precoce. “Eu fico muito feliz que a gente tenha conseguido dar esse passo, que a gente está conseguindo avançar no sentido de trazer esse olhar para essa interseccionalidade”, afirma. Neste ambiente de debates, a procuradora do trabalho jogou uma luz ao antigo projeto Rede Peteca. Trazendo o antirracismo como instrumento para a erradicação do trabalho infantil, Elisiane participou na reformulação do projeto, que agora leva o nome de Criança Livre de Trabalho Infantil. Atualmente, ela participa de projetos do Ministério Público do Trabalho que possuem a mesma vertente de debate do Criança Livre, trazendo o antirracismo e a prevenção ao trabalho infantil como paralelos que andam juntos. Neste prisma está o projeto

MPT na Escola, que é presente em todo território nacional, e dialoga com as famílias, educadores e com os alunos sobre a importância da erradicação do trabalho infantil, da manutenção das crianças dentro das escolas e também da questão racial.

De acordo com o levantamento feito em 2019 na Pnad Contínua, cerca de 118 mil crianças e adolescentes negros estão em situação de trabalho infantil apenas no estado de São Paulo, equivalente à 47,6% dos identificados na pesquisa. Em nível nacional, o número chega a 66,1%, de acordo com o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI). Estes dados revelam o motivo do debate antirracista andar de mãos dadas com a prevenção ao trabalho infantil.

As violações de direitos da população negra brasileira são nítidas, comuns e ignoradas pelas maiores conjunturas nacionais e pela sociedade. “Pensando nas nossas instituições políticas, a verdade é que há uma normalização da infância e adolescência negra com violação de direitos. E podemos falar, por exemplo, do trabalho infantil, e depois de uma juventude que é assassinada nas ruas, como se isso não fosse um problema dos mais sérios do mundo”, infere Daniel Teixeira.

No Brasil, de acordo com levantamento feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 83% das vítimas em operações policiais são negras. Destas, 76% tinham entre 12 e 29 anos. Assim como Daniel afirma, a juventude e a infância negra estão em constante violação de direitos,

e nota-se que não há mobilização efetiva das instituições do governo para a defesa dos direitos desta população. Pelo contrário, com estes dados, é visível a perpetuação da violência com a vida negra brasileira.

Deste modo, infâncias e juventudes negras merecem atenção ao se falar em planejamento, projetos e defesa de seus direitos. Somente assim, o ciclo da violência, da violação de direitos, da pobreza, e da manutenção do trabalho infantil poderão ser cessados. Desse modo, famílias como as de Pedro, com CPF e RG reais, poderão ter a liberdade que lhes é própria, e ter seus direitos constitucionais, finalmente, assegurados.

# AGRADECIMENTOS

Seria impossível finalizar este trabalho sem o suporte de muitas pessoas, as quais listo neste singelo muito obrigada. Primeiramente, agradeço à minha família, principalmente à minha mãe, meu pai e irmãos, por toda compreensão, apoio e orações no período de escrita e produção deste TCC.

Agradeço aos meus amigos mais queridos: Isadora Cipriano, Andressa Marques, Maria Eduarda Pereira, Baruc Boracini e Alvaro Vinicius, por sempre estarem lá quando eu precisei de forças ou de um ombro para chorar. Victória Romualdo, Isabella Tessaro e Letícia Fagundes, obrigada por me mostrarem quão leve pode ser a vida, se você estiver com as pessoas certas. Agradeço, novamente, à talentosíssima Letícia Fagundes, que fez a arte da capa e a diagramação deste trabalho, você merece o mundo!

Agradeço a todos que contribuíram, de alguma forma, na produção deste livro. Ao meu orientador, José Arbex Jr, às fontes com quem entrevistei, como Mauricélia Martins,





# Criança não trabalha!

A realidade do trabalho infantil acarreta 1,78 milhão de crianças e adolescentes no Brasil. Apenas no Estado de São Paulo, esse número chega aos 249 mil. Na capital financeira do país, crianças em situação de mendicância, em estabelecimentos privados, como terminais rodoviários e shoppings, ou vendendo balas nos semáforos da cidade, infelizmente, fazem parte da paisagem urbana do paulistano.

Neste trabalho, apresento os desafios para a erradicação desta violação de direitos, abordando como pilar um projeto social que se tornou inspiração para a criação de uma política pública municipal de assistência em estabelecimentos privados. Abordando, assim, o papel do Estado, da sociedade civil e do indivíduo enquanto atores para a proteção integral da infância.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Augustine", is written over a horizontal line. The signature is stylized and fluid, with a long horizontal stroke extending to the right.